



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



222

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0143256-8

APELANTE: Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

5458

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ALEGAÇÃO DE QUE RESTOU CONFIGURADO O CRIME DE POSSE IRREGULAR. *VACATIO LEGIS* INDIRETA. PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO. ARMAS TRANSPORTADAS E APREENDIDAS NA RESIDÊNCIA DE UM TERCEIRO. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO TIPIFICADO NO ART. 14 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. MANUTENÇÃO DO DECRETO CONDENATÓRIO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I- Independentemente de onde foram encontradas as armas, o fato dos acusados portarem/transportarem tais objetos, ilegalmente, configura o delito de porte ilegal;

II- Quem mantém sob guarda arma de fogo de uso permitido, sem autorização legal, na residência de terceiro incide na norma disposta no art. 14 da Lei do Desarmamento, o que afasta a aplicação dos arts. 30 e 32 da Legislação Específica, já que se aplica tão-somente à posse e/ou propriedade do instrumento bélico;

III- Recurso improvido. Decisão Unânime;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

223

IV- Determinou-se a expedição de Mandado de Prisão em desfavor dos apelantes, bem como Carta de Guia Definitiva, após o trânsito em julgado;

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 0143256-8, da Comarca de Chã Grande/PE, em que figuram, como apelantes Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva, e como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia __/__/__, por decisão unânime, em negar provimento ao presente apelo, tudo conforme consta do relatório e do voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 23 de dez de 2005

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

224

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0143256-8

APELANTE: Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

RELATÓRIO

O Ministério Público denunciou Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva, conhecido como "Del", qualificados nos autos, como incurso nas penas do art. 14 da Lei nº 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido).

A denúncia narra que, no dia 30.08.05, os acusados foram autuados, em flagrante delito, no Centro da cidade de Chã Grande/PE, portando armas de fogo, sem autorização legal.

Citados, os réus foram interrogados às fls. 121/125, e as testemunhas arroladas pelas partes, às fls. 133/135 e 145/147.

Restou esclarecido nos autos, que os denunciados respondem ao processo nº 486/05, perante a Comarca de Chã Grande, acusados de praticarem os delitos de formação de quadrilha, homicídio, furto e roubo. Em razão do cumprimento de mandado de prisão preventiva, exarado naqueles autos, as armas, acima citadas, foram apreendidas, e, posteriormente, os acusados foram presos preventivamente. Com a prática deste novo delito, nova denúncia foi oferecida, gerando o processo nº 490/05 (presentes autos).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

225

Conforme decisão de fls. 169/170, suas custódias foram mantidas, para garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Após a regular instrução, o Órgão Ministerial ofereceu suas alegações finais, à fl. 184, e a defesa, às fls. 186/190.

Sentença condenatória, às fls. 193/202. Ocasão em que foi negado aos réus o direito de recorrerem em liberdade.

Inconformada, a defesa de Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva, à fl. 205, apelou, tempestivamente, da decisão que os condenou às penas privativas de liberdade de 03 (três) de reclusão, bem como ao pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, por infração ao art. 14 da Lei nº 10.826/06. Pleiteia a defesa, em síntese, a desclassificação do delito para o de posse irregular de arma de fogo e, conseqüentemente, a absolvição dos apelantes, considerando o período da chamada *vacatio legis indireta*.

Em suas contrarrazões, de fls. 214/217, o Representante do *parquet* pugna pela manutenção da sentença, em sua integralidade.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual, em parecer da lavra da Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, opinou pelo **provimento** do recurso, às fls. 345/349.

É o relatório.

Ao Revisor.

Recife, 26 de Outubro de 2009

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

226



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0143256-8

APELANTE: Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Antes de analisarmos o mérito das razões recursais, observo ser oportuno fazermos algumas considerações introdutórias acerca do presente caso.

Primeiramente, torno a esclarecer que Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva respondiam ao processo nº 486/05, acusados de praticarem os delitos de formação de quadrilha, homicídio, furto e roubo, ocorridos na Comarca de Chã Grande.

Cientes de que pesavam contra si Mandados de Prisão Preventiva, os acusados empreenderam fuga para a cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, onde permaneceram, por alguns dias, na residência de um parente do réu José Alexandre.

Extraí-se dos autos que, ao tomarem conhecimento de onde os acusados se encontravam, os policiais da cidade de Chã Grande se dirigiram até a localidade de Santo Aleixo, Jaboatão, adentraram na residência, acima citada, e apreenderam um revólver, calibre 38 e uma espingarda, calibre 12, pertencentes aos acusados, dentro de uma bolsa de viagem. Na ocasião, os denunciados novamente fugiram e somente foram presos, dias após, na cidade de Chã Grande.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



227

Por este motivo, os apelantes também respondem ao presente processo (originariamente tombado sob nº 490/08) pela prática do delito de porte ilegal de arma de fogo, em que foram, como visto, efetivamente, condenados, pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Chã Grande, à pena de 03 (três) de reclusão e ao pagamento de 60 (sessenta) dias-multa.

Pois bem.

Irresignada com esta decisão, a defesa, nas razões de fls. 206/211, sustenta que, apesar das armas serem de propriedade dos acusados, estas foram encontradas dentro de uma bolsa de viagem, em uma residência, o que configuraria o delito de posse irregular de arma de fogo, tipificado no art. 12 da Lei nº 10.826/03. Assim, considerando o período da *vacatio legis*, conferido pelos arts. 30 e 32 da aludida Lei, pleiteia a defesa a absolvição dos apelantes, pela atipicidade de conduta.

O Órgão Ministerial, em suas contrarrazões de fls. 214/217, pugna pela manutenção da sentença ora guerreada, sob a alegação de que as provas, produzidas nos autos, apontam claramente para a prática do delito de porte ilegal de arma de fogo.

A nobre Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, em seu parecer de fls. 345/349, entende que assiste razão à defesa, motivo pelo qual opina pelo provimento do recurso.

Da análise compulsiva dos autos, concluo que o apelo, por seus fundamentos, não merece prosperar.

Do depoimento do policial, João Raimundo da Silva, em juízo, às fls. 133/134, extraímos a informação de que a espingarda, calibre 12, e o revólver, calibre 38, de propriedade dos acusados, foram, de fato, apreendidas dentro de uma bolsa de viagem, no interior da residência de um



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

228



parente do réu José Alexandre, localizada em Santo Aleixo, Jaboatão dos Guararapes. Os próprios acusados confirmam esta versão.

Em juízo, às fls. 121/123, o réu Adriano Ferreira da Costa confessou que, ao tomar ciência de que era procurado pela polícia, juntamente com o denunciado José Alexandre, resolveu fugir com destino à cidade de Jaboatão dos Guararapes. Aduzindo que:

"durante toda a viagem o interrogado portava o revólver calibre 38 em uma bolsa de viagem. Que o segundo denunciado também portava uma espingarda, calibre 12, dentro de uma bolsa de viagem no percurso que fez até a cidade de Jaboatão dos Guararapes (...) que depois de três dias que passaram na referida casa, foram abordados por policiais (...) que adquiriu a arma um mês antes de ser preso".

O apelante, José Alexandre da Silva, às fls. 124/125, confirmou a versão acima descrita, confessando a propriedade da espingarda calibre 12, e esclarecendo que:

"portava a arma porque 'estava marcado' (...) que comprou a referida arma para se defender (...) que adquiriu a arma dois meses antes de ser preso".

As testemunhas arroladas pela defesa dos acusados, às fls. 145/147, em nada contribuíram com o feito, apenas aduziram que não presenciaram o fato delitivo.

Pois bem.

Diante das informações acima descritas, entendo que o simples fato das armas terem sido encontradas, dentro de uma bolsa de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



229

viagem, em uma residência, por si só, não configura o delito de posse irregular de arma de fogo.

Primeiramente, porque os apelantes confessaram, dentre outros crimes, que **transportaram as referidas armas**, em uma sacola de viagem, da cidade de Chã Grande a Jaboatão dos Guararapes.

Como se sabe, o delito de porte de arma de fogo caracteriza-se no momento em que o agente, sem possuir autorização legal ou regulamentar, retira o referido objeto do interior de sua residência, sem que possua porte da arma consigo carregada, como, efetivamente, ocorreu *in casu*.

Assim, independentemente de onde foram encontradas as armas, o fato é que os acusados portaram/transportaram tais objetos, ilegalmente, estando sujeitos às penas do artigo 14 da Lei n.º 10.826/03.

Ademais, é importante salientar que as referidas armas, quando foram apreendidas, estavam sob a guarda dos apelantes, **na residência de um terceiro**, como visto, um parente do acusado José Alexandre, o que afasta também a configuração do crime de posse.

Ora, é válido frisar, mais uma vez, que os acusados se encontravam, na condição de foragidos, e o simples fato de encontrarem abrigo, na residência de uma terceira pessoa, onde vieram a manter os seus objetos ilegalmente, não tem o condão de transubstanciar o crime de porte ilegal em posse irregular.

Referida diferenciação é bem elucidada pelo professor LUIZ FLÁVIO GOMES e WILLIAM TERRA DE OLIVEIRA, ao explicar que:

“portar uma arma de fogo significa trazê-la consigo, em condições de pronta utilização, mantendo-a sob sua disponibilidade imediata. Portar é levar a arma, circular



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

230

com ela. Além disso, o verbo não abrange apenas o contato físico com a arma, mas também significa que o agente tem o objeto ao seu alcance, em condições de fazer uso rápido do mesmo. A idéia de portar não significa exatamente trazer a arma nas mãos, mas sim em qualquer lugar de fácil apossamento, sem obstáculos. "
(Lei das Armas de Fogo. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 154).

Assim, na hipótese em exame, apesar do fato ter se dado no período da vacância, a arma encontrada, nos moldes em que foi apreendida – **sob a guarda dos acusados na residência de outrem** – também caracteriza conduta de porte e não de posse, modalidade não abarcada pela excepcional *vacatio legis* prevista nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826/2003.

Nessa direção, destaco o seguinte precedente proveniente do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL. GUARDA DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO NA RESIDÊNCIA DE TERCEIRO. CONDOTA EQUIPARADA AO PORTE ILEGAL. VACATIO LEGIS. ARTS. 30 E 32 DA LEI DO DESARMAMENTO. APLICAÇÃO TÃO-SOMENTE NOS CASOS DE POSSE. NÃO-INCIDÊNCIA NA FIGURA DESCRITA NO ART. 14, CAPUT, DA LEI 10.826/2003. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. **Quem mantém sob guarda arma de fogo de uso permitido, sem autorização legal, na residência de terceiro incide na norma disposta no art. 14 da Lei do Desarmamento, sendo inviável o reconhecimento de**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

231

que a referida conduta cinge-se à mera posse do objeto.

2. À luz do entendimento consagrado pela doutrina e pela jurisprudência deste Tribunal, a *vacatio legis*, decorrente do teor dos arts. 30 e 32 da Legislação Específica, aplica-se tão-somente à posse e/ou propriedade do instrumento bélico, razão pela qual não configura constrangimento ilegal o acolhimento de representação ofertada em desfavor de menor adolescente pela prática de ato infracional decorrente da conduta de guardar arma de fogo na residência de terceiro, mesmo que o fato tenha ocorrido durante o lapso legalmente previsto à abolição criminis das demais condutas da Lei 10.826/2003.

3. Ordem denegada.

(HC 83065/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 20/10/2008)

Assim, considerando que a conduta dos acusados, indubitavelmente, restou enquadrada na figura inserta no art. 14 da Lei nº 10.826/2003, deve permanecer inalterado o decreto condenatório exarado em seu desfavor.

No que tange às penas dos apelantes, observo que o MM. Juiz *a quo* analisou coerentemente as circunstâncias judiciais do art. 59, bem como as demais fases da dosimetria da pena, razão pelas quais, de igual modo, não merecem reformas.

Ante o exposto, voto pelo improvemento do apelo, devendo ser mantida a sentença, ora guerreada, em sua integralidade.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

232

Após o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se Mandado de Prisão em desfavor dos apelantes, bem como Carta de Guia Definitiva.

Recife, 22 de dezemb de 2009


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



APELAÇÃO CRIME: Nº 143256-8 – Chã Grande

233

APELANTE: Adriano Ferreira da Costa e outro

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Trata-se de recurso de apelação interposto pelos réus Adriano Ferreira da Costa e José Alexandre da Silva contra sentença que os condenou à pena de 03 anos de reclusão e 60 dias-multa pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo, inserto no art. 14 da Lei 10.826/03.

Insurgem-se os recorrentes contra a referida condenação, sob a alegação de que as armas foram encontradas dentro de uma bolsa de viagem, em uma residência, a configurar o crime de posse de arma (art. 12 da Lei 10.826/03) e não porte e, assim, atrair a incidência da *abolitio criminis* ocorrida com o advento dos arts. 30 e 32 da Lei 10.826/03.

Passo ao exame do recurso.

Conforme se infere da prova dos autos, os acusados, cientes de que possuíam contra si mandados de prisão preventiva expedidos na Comarca de Chã Grande empreenderam fuga para o município de Jaboatão dos Guararapes e se alojaram na residência de um parente de um dos acusados.

MF



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



234

No entanto, o esconderijo foi descoberto pela polícia que, encontrou no interior da residência um revólver calibre 38 e uma espingarda, calibre 12, acondicionadas em uma bolsa de viagem. Os acusados, mais uma vez, fugiram tendo sido presos dias após já em Chã Grande.

Em seus depoimentos judiciais ambos os acusados admitem a propriedade das referidas armas e as terem portado durante a viagem entre Chã Grande e Jaboatão dos Guararapes. Assim, afirmou o réu Adriano Ferreira da Costa:

(...) que no dia seguinte a fuga dos denunciados juntamente com Aldo César dos Santos seguiram caminho com destino a Jaboatão dos Guararapes para casa de parente do segundo denunciado; que durante toda a viagem o interrogado portava o revólver calibre 38 em uma bolsa de viagem; que o segundo denunciado também portava uma espingarda, calibre 12, dentro de uma bolsa de viagem no percurso que fez até a cidade de Jaboatão dos Guararapes;(...)

Percebe-se, portanto, de forma, inconteste que os acusados, de fato, portaram as armas, apreendidas em momento posterior, durante o percurso entre Chã Grande e Jaboatão dos Guararapes, incidindo, assim, no tipo inserto no art. 14 da Lei 10.826/03. Daí porque, com a devida vênia da douta Procuradoria de Justiça, entendo que não pode ser provido o recurso a fim de se reconhecer a prática do crime de posse de arma e conseqüentemente a *abolitio criminis*.

Ainda que assim não fosse, por outro lado, não há como se considerar que comete crime de posse de arma aquele que a mantém sob a sua guarda arma em casa de terceiro, como ocorreu no caso dos autos, visto que as armas se encontravam na residência de parente de um dos acusados. Na lição de Guilherme de Souza Nucci, em Leis Penais e processuais penais comentadas, p. 81, residência, a que se refere o tipo do art. 12 da Lei 10.826/03, "é expressão

mg



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



235

que equivale à sua casa, vale dizer, o local onde habita o portador da arma com regularidade".

Também o eg. STJ já se manifestou neste sentido, conforme se infere do julgamento do julgado abaixo transcrito:

HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL. GUARDA DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO NA RESIDÊNCIA DE TERCEIRO. CONDUTA EQUIPARADA AO PORTE ILEGAL. VACATIO LEGIS. ARTS. 30 E 32 DA LEI DO DESARMAMENTO. APLICAÇÃO TÃO-SOMENTE NOS CASOS DE POSSE. NÃO-INCIDÊNCIA NA FIGURA DESCRITA NO ART. 14, CAPUT, DA LEI 10.826/2003. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Quem mantém sob guarda arma de fogo de uso permitido, sem autorização legal, na residência de terceiro incide na norma disposta no art. 14 da Lei do Desarmamento, sendo inviável o reconhecimento de que a referida conduta cinge-se à mera posse do objeto.

(...)

3. Ordem denegada.

(HC 83065/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 20/10/2008)

No que se refere à dosimetria da pena, verifico que o magistrado *a quo* fixou a pena de acordo com os ditames legais, não havendo o que se reformar na sentença recorrida.

Ante o exposto, voto pelo improvimento do recurso.

Recife, 22 de 12 de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator